

Lei nº 2722/2014, de 15 de dezembro de 2014 - Estima a receita e fixa a despesa do Município de Guarani das Missões para o Exercício Financeiro de 2015

15/12/2014 | [Leis](#)

JANETE TERESINHA DAUEK, Prefeita de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte, LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 23.159.904,30 (vinte e três milhões cento e cinquenta e nove mil e novecentos e quatro reais e trinta centavos).

Art. 3º - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS		TOTAL
	LIVRES	VINCULADOS	
1 - RECEITAS CORRENTES	8.761.509,05	13.431.294,85	22.192.803,90
Receita Tributária	1.030.800,00	579.200,00	1.610.000,00
Receita de Contribuições	0,00	920.000,00	920.000,00
Receita Patrimonial	20.000,00	1.050.300,00	1.070.300,00
Receita Agropecuária	5.000,00	0,00	5.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	40.000,00	100.000,00	140.000,00
Transferências Correntes	7.406.459,05	10.539.294,85	17.945.753,90
Outras Receitas Correntes	259.250,00	242.500,00	501.750,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	-	1.207.850,00	1.207.850,00
Operações de Crédito Internas	-	700.000,00	700.000,00
Operações de Crédito Externas	-	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	-	2.000,00	2.000,00
Transferências de Capital	-	495.850,00	495.850,00
Alienação de Bens	-	10.000,00	10.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-
7 - RECEITAS CORRENTES			
INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	2.260.000,00	2.260.000,00
Receita de Contribuições - Intraorç.	-	2.260.000,00	2.260.000,00
Receita Patrimonial - Intraorç.	-	-	-
Outras Receitas Correntes - Intraorç.	-	-	-
8 - RECEITAS DE CAPITAL			
INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-
Alienação de Bens - Intraorç.	-	-	-
Amortização de Empréstimos - Intraorç.	-	-	-
Outras Receitas de Capital - Intraorç.	-	-	-

9 - DEDUÇÕES DA RECEITA	131.400,00	2.369.349,60	2.500.749,60
....			
....			
TOTAL	8.630.109,05	14.529.795,25	23.159.904,30

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 23.159.904,30 (vinte e três milhões cento e cinquenta e nove mil e novecentos e quatro reais e trinta centavos) sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 14.641.549,10 (quatorze milhões seiscentos e quarenta e um mil quinhentos e quarenta e nove reais e dez centavos);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 8.518.355,20 (oito milhões quinhentos e dezoito mil trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos);

Art. 5º - A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS - LIVRES	RECURSOS - VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	7.349.083,85	12.202.405,25	19.551.489,10
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.514.414,95	8.775.504,95	13.289.919,90
3.1 - Pessoal e Encargos Social			
Operações Intraorçamentárias	-	-	-
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	40.000,00		40.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	2.794.668,90	3.426.900,30	6.221.569,20
3.3 - Outras Despesas Correntes		-	
Operações Intraorçamentárias		-	-
GRUPO DE DESPESA	RECURSOS - LIVRES	RECURSOS - VINCULADOS	TOTAL
4. DESPESAS DE CAPITAL	731.025,20	1.327.390,00	2.058.415,20

4.1 - Investimentos	486.025,20	1.325.390,00	1.811.415,20
4.1 - Investimentos - Op.Intraorçamentárias	-	-	-
4.2 - Inversões Financeiras	-	2.000,00	2.000,00
4.2 - Inversões Financeiras - Op.Intraorçamentárias.	-	-	-
4.3 - Amortização da Dívida	120.000,00	-	120.000,00
4.3 - Amortização da Dívida - Op.Intraorçamentárias.	125.000,00	-	125.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	550.000,00	1.000.000,00	1.550.000,00
TOTAL	8.630.109,05	14.529.795,25	23.159.904,30

Art. 6º - Integram esta Lei, nos termos da Lei Municipal nº 2.715/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de

Créditos Suplementares

Art. 7º - Ficam autorizados:

I - Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de vinte por cento da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. a) anulação parcial ou total de suas dotações;
2. b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
3. c) excesso de arrecadação.

II - Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de vinte por cento de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de suas dotações.

Art. 8º - Os limites autorizados no artigo 7º não serão onerados quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I - insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III - despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

Parágrafo único: As disposições dos incisos II e III não se aplicam ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º - A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 24 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art.10 - Ficam o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art.11 - Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 12 - O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13 - Ficam automaticamente atualizado, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal Nº 2.715 /2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto no § 1º do mesmo artigo.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarani das Missões, 15 de dezembro de 2014.

JANETE TERESINHA DAUEK

Prefeita

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

LUIZ CARLOS BINKOWSKI

Secretário da Administração